

Um andarilho pelo sertão do Brasil: Ubiratan da Silva Rondon e a agência indígena no sul de Mato Grosso (1950-1960)

José Manuel Flores (UFRR)

Palavras chave: mimeses, agência indígena, Mato Grosso do Sul

Em meados da década de 1950, um personagem singular, Ubiratan da Silva Rondon, apresentou-se em aldeias e Postos Indígenas do sul do antigo estado de Mato Grosso (hoje Mato Grosso do Sul), anunciando sua autoridade: afirmava ser capitão e fiscal geral dos índios no Brasil. Dizia ser indígena, apesar da sua aparência que, para os funcionários do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), o assemelhava a um caboclo nordestino. Ainda, para surpresa dos indigenistas, dizia ser filho do célebre General Cândido Mariano da Silva Rondon, fundador e primeiro diretor do SPI. Inicialmente confusos, os funcionários descreditaram-no, advertindo sua falsa identidade. Houve, no entanto, quem acreditara nele. Numa longa e demorada viagem pelo interior do estado, dezenas de funcionários públicos –policiais, militares, prefeitos– atestaram o passo do andarilho pelas suas cidades e trabalhos, desejando-lhe fortuna na sua missão e feliz peregrinação pelos sertões de Mato Grosso. Alguns índios também acreditaram. Receberam-no como quem dizia ser, encaminhando-lhe protestos, demandas e queixas sobre os abusos e faltas cometidas pelos funcionários indigenistas.

Hoje um Ubiratan subsiste na memória dos Terena. Os velhos, ao contar a história de seu povo, especialmente quando se fala de educação, eles se referem a um indígena com esse nome, e que teria sido o primeiro professor entre os Terena e fundador da primeira escola de ensino básico. Em algumas versões, é um índio Kaiowá; em outras, Bororó (Cruz, 2009, Oliveira, 2013, Pereira, 2009, Vargas, 2011). O próprio Ubiratan dizia ser Pareci. As datas na memória também são difusas. Segundo alguns relatos, isso teria acontecido no final do século XIX; em outros, afirma-se que era por volta de 1920; em outros, a partir de 1930.

Nesta apresentação, gostaria de abordar a atuação de Ubiratan a meados do século XX, num período que abrange sete anos desde a sua primeira menção documental em 1955,

até que Ubiratan desaparece das fontes, em 1962¹. Farei a descrição em termos das noções de mimeses, ambiguidade e agência. No início, pensei que poderia apresentar essa discussão em termos de um esboço de uma biografia ou de uma trajetória; no entanto, a escassez de fontes, como eu vim reparar, tornou-se uma limitação. Por isso vou me limitar a fazer alguma reflexão nos termos mencionados.

A primeira característica importante de Ubiratan foi sua obstinação em reproduzir mimeticamente o poder tutelar (Lima, 1995). Devido ao seu objetivo de imitar os códigos e funções do SPI, a noção de mimese pareceu-me importante. A história intelectual desse conceito é muito ampla, impossível de ser mencionada aqui, e vai desde as formulações originais da antiguidade clássica europeia até os desenvolvimentos contemporâneos em vários campos, desde a teoria literária, psicologia à sociologia, etc. (Cf. Roque 2015). Na antropologia, o conceito de mimeses foi abordado de forma relevante por Stoller (1984). Michael Taussig (1993) e Homi Bhabha (1998). Em geral, abrange dois polos: o da imitação, no sentido de mera reprodução mecânica; e o de mimetismo como camuflagem e dissimulação orientada para a cópia subversiva (Roque, 2015). Assim, esse conceito é geralmente pensado como oscilando entre alienação e subversão, entre negação e afirmação de si mesmo. A perspectiva de resistência foi predominante. Recentemente, no entanto, o mimetismo foi estudado não como um monopólio do nativo colonizado, mas também como um instrumento interpretativo do colonialismo (Roque, 2014)

Ubiratan da Silva Rondon insistiu em incorporar e encarnar o papel do SPI. Não só, ele dizia-se filho de Rondón e inspetor geral dos índios. Através de seu caminhar, ele também procurou integrar a nação sob o signo da ordem e do progresso. Em um pequeno fragmento, um rascunho obscuro de decodificação difícil, escrito por ele, diz:

*Pelas pequenas palavras, de um andarino do sertão do Brasil.
Pelas as ordens e progressos, andando pelos estes grandes sertões do Brasil,
me achando a conhecer os 21 estados do Brasil. Por estas matas escuras, compilando as
nossas frações da nossa bandeira*

¹ O presente artigo foi escrito a partir do fundo documental do SPI, resguardado no Museu do Índio, no Rio de Janeiro. Aqui utilizei tanto a documentação disponível no Museu do Índio (também acessível na Internet: <http://www.museudoindio.gov.br/>) como a cópia disponível no Núcleo de Estudos e Pesquisas dos Povos Indígenas (NEPPI), da Universidade Dom Bosco, em Campo Grande-MS.

Em correspondência com isso, reproduz os signos de poder tutelar. Nos procedimentos burocráticos que realiza, usa papel timbrado, com todos os elementos que caracterizam a comunicação oficial: endereçamentos, vocativos (Ilmo., Senhor, etc.), formalidade e impessoalidade na escrita, referências às atribuições do órgão que ele representa, reproduzindo, dessa forma, a linguagem burocrática com a qual ele está familiarizado. Também utiliza um carimbo, com o seu nome, para validar e autenticar os documentos que emite: ofícios, ordens de serviço, portarias e autorizações de viagem para índios. Também se dirige a autoridades locais, como chefes de polícia, ou até mesmo a um diplomata boliviano, seja para solicitar um pedido ou relatar qualquer disposição feita por ele. Ubiratan da Silva Rondon, assim, duplica as formas, funções e hierarquias da instituição responsável por civilizar os índios.

Por outro lado, o modelo que Ubiratan deseja duplicar não o reconhece. Para os funcionários do SPI, ele é um simulacro: usurpador das funções da oficialidade indigenista. Como resultado, ele é proibido de entrar nos postos indígenas; é denunciado à polícia e, em algum momento, ele vai para a cadeia, pelo menos temporariamente. Ele era um intruso, um elemento disruptivo, incitador da revolta. Mas Ubiratan não é apenas um usurpador da oficialidade; era também um usurpador de uma identidade indígena, ou pelo menos alguns duvidavam que ele fosse realmente índio. E aqui está o segundo ponto que eu queria destacar: o da ambiguidade.

Os funcionários do SPI eram agentes expertos em classificar as diferenças étnicas. Como se sabe, a ideia básica da política indigenista era a integração do índio à nação, transformando-o em trabalhador, rural ou urbano. Outra ideia, evolucionista, orientava-a: essa transformação significava civilizar, fazer o índio atingir um grau mais elevado de cultura. Uma multiplicidade de palavras incorporadas na linguagem cotidiana dos funcionários expressava essa transitoriedade do estado primitivo ao estado civilizado, e que eram importantes para estruturar as relações cotidianas entre índios e não-índios. Ubiratan caía em várias categorias. Às vezes, sua indianidade era negada, chamando-o de "civilizado", em oposição à categoria de "índio", como na expressão "ele não é índio e sim civilizado". Aqui Ubiratan era um "falso índio". Mais comumente, também entrou nas categorias de "quase-civilizado", de "mestiço" ou de "índio-mestiço", apontando tanto a um estilo de vida que o afastava dos "selvícolas" e o aproximava ao "civilizado"; bem como

para o traço fenotípico que o caracterizava. Um assistente descreve-o como "pardo, magro cabelos longos e crespos". E foi essa condição de "mestiço" ou "índio mestiço" que o tornou perigoso.

A propósito de alguns crimes cometidos por indivíduos assim classificados, por exemplo, o chefe da 5ª Inspetoria Regional do SPI expressava-se da seguinte forma: "(crimes) são [praticados] pelos mestiços e índios já bem civilizados, reafirmando o que eu disse, que os legítimos índios aldeados não incomodam, e que (são aqueles que) prevalecem-se de suas qualidades e estão a cometerem crimes a toda hora (...)" A ambiguidade da categoria era estruturalmente coerente dentro do discurso dos funcionários: os índios são inocentes, ingênuos, ignorantes, características derivadas de sua condição primitiva, interpretação que juntamente com a convicção cristã da maioria dos funcionários, sustentavam uma das expressões mais completas de sua convicção tutelar: "nossos irmãos menores"; ser civilizado, no outro polo, significava plena consciência das responsabilidades civis. No meio, nem um nem o outro. O significado de "índio mestiço" e sua ambiguidade não derivava apenas da relação estrutural entre categorias. Segundo a sociologia indigenista dos funcionários, também derivava de uma realidade social: presos os índios, ainda, à tutela do Estado, encontravam espaço para a desordem e a impunidade.

Aqui me pergunto: a ação de Ubiratan foi um simulacro do poder que é apropriado, mas que não vai além do modelo que ele tenta imitar? Significou um desejo alienante de se assemelhar ao Outro, minando um projeto cultural indígena? Aqui chego ao último ponto que gostaria de comentar brevemente: o da agência. A agência sugere intenção ou consciência de ação, às vezes com a implicação de possíveis escolhas entre diferentes ações, realização de projetos, etc., dentro de um contexto estrutural particular (Ortner, 2007). Mas durante esse tempo, Ubiratan parece não fazer nada mais do que reivindicar e legitimar as funções da instituição tutelar, afirmando ser o filho do General Rondon, e encarnando a autoridade do SPI.

Do ponto de vista dos burocratas, Ubiratan representou uma dupla ameaça, derivada da apropriação que faz do signos do SPI, e também do fato de ele ocupar o lugar de "mestiço", um ser ambíguo, dentro das categorias que moldaram a ação indigenista. Essas categorias –semi-civilizado, quase civilizado, mestiço, índio-mestiço– tinham o propósito de produzir e regular as diferenças: de evitar a anulação da alteridade, de marcar

a distância e reafirmar a individualidade de civilizados e de índios, exatamente o oposto do propósito da política indigenista. E devido ao fato de que o sujeito tutelado nunca é simples e completamente o oposto –como é sugerido pelo uso que se fazia das categorias citadas– sua presença perturba a relação simples entre tutelados e o SPI. Assim, o recurso mimético –no sentido dado por Homi Bhabha – desestabiliza o discurso da autoridade e, portanto, possibilita uma certa transgressão. Isto é expresso no óbvio desconforto de funcionários: eles afirmam que Ubiratan "está incompatibilizando um grupo de índios com outro", "traz grandes embaraços"; e suas ações são descritas como "perniciosas", "nocivas" e "perturbadoras" para o bom progresso da administração.

Mas, do ponto de vista do sujeito, até que ponto tratava-se de uma ação subversiva, como acredita Taussig no caso estudado por ele? A transformação do objeto de mimese foi o objetivo final da atividade mimética? (como acontece em outros casos). Um esforço para domesticar o SPI a partir da sua própria agência? Ou, pelo contrário, a repetição, mesmo no caso de ser paródica, reforçaria o poder e o sistema de valores da cultura dominante? Essas colocações levantam questões complicadas sobre a agência indígena. As razões para mimese, no presente caso, não são claras. Não há sinais de um desejo de subverter a ordem, de colocar a instituição de ponta cabeça. Nesse sentido, Ubiratan ainda faz parte do discurso do SPI. No entanto, há um comentário implícito. Durante os anos em que recorre à região, pretende preencher as lacunas do SPI: Soluciona pequenos problemas; nomeia capitães indígenas em substituição dos nomeados pelos auxiliares dos postos indígenas; ordena que os pedidos dos índios sejam atendidos; solicita a demarcação das terras das aldeias; (Lembre-se que naquele momento a região estava passando por uma profunda transformação da estrutura fundiária, impulsionada pela expansão da fronteira agrícola), etc., mas também apela para os índios, "encarecidamente cumprir as exigências do SPI."

Do ponto de vista da agência o aspecto mais interessante é o que Ubiratan provoca em algumas aldeias. De fato, todas essas ações, aqueles pequenos passos que ele toma, têm sua origem em solicitações dos próprios índios. Indígenas de diferentes aldeias, principalmente Terena, solicitam-lhe sua mediação para chegar a Rondon, ou às autoridades do SPI no Rio de Janeiro. Endereçam-lhe cartas para reclamar de encarregados que proíbem os índios de cortar madeiras dentro dos postos indígenas. É-lhe pedido para

mudar capitães indígenas de Postos Indígenas, e ele responde. Solicitam-lhe autorização para dirigir-se a trabalhar nas lavouras fora das aldeias. Denunciam invasões de suas terras. Também lhe solicitam intermediação perante a polícia para resolver conflitos internos. Pedem a Ubiratan que não esqueça os índios, e também para que lhes envie uns litros de pinga. Alguns indígenas Kaiowá que tentaram uma revolta para destituir os encarregados dos Postos Indígenas Francisco Horta e José Bonifácio vão até ele pedindo passagens para viajar ao Rio de Janeiro e denunciar o que acontece nesses lugares. Tudo isso provocou o escândalo dos funcionários e também conflitos internos motivados pelos rearranjos.

Comentário final:

Nessa breve apresentação tentei descrever, mesmo de forma muito geral, a própria ação de Ubiratan da Silva Rondon a partir das noções de mimese, ambiguidade e agência. Através da análise da trajetória de Ubiratan nesses poucos anos, acredito ser possível conhecer alguns aspectos relevantes da complicada relação construída entre o órgão indigenista e a população indígena tutelada, assim como da própria ação política dos indígenas. De um lado, Ubiratan representou uma dupla ameaça: pela reivindicação, através de uma ação mimética, das funções e da autoridade do SPI, e pelo seu caráter ambíguo, derivado do lugar que ocupava nas categorias indigenistas que visavam manter a alteridade. De outro, possibilitou uma série de articulações, de ação política e de agência –nesse sentido constituindo-se, numa espécie de liderança– entre os indígenas que, em um contexto social particularmente violento, ao reconhecerem a autoridade de Ubiratan, questionavam a dos próprios agentes locais do SPI.

Referências bibliográficas:

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Trad. Mirian Ávila, Eliana Lourenço de Lima e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

BHABHA, Homi K. 'Of Mimicry and Man: The Ambivalence of Colonial Discourse', October 28 (1984), 125–133.

CRUZ, Simone de Figueiredo, *A criança terena: o diálogo entre a educação indígena e a educação escolar na aldeia Buriti*. Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2009.

LIMA, Antônio C. (ed.). Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação de Estado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995.

PEREIRA, Levi Marques. *Os Terena de Buriti: formas organizacionais, territorialização e representação da identidade étnica*. Editora UFGD, Dourados, 2009.

ROQUE, Ricardo. “Mimesis and Colonialism: Emerging Perspectives on a Shared History”. *History Compass* 13/4, 2015: 201-211.

ROQUE, Ricardo, “Mimetismos coloniais no império português”. *Etnográfica*, fevereiro de 2014, 18: 101-109.

STOLLER, P., ‘Horrific Comedy: Cultural Resistance and the Hauka Movement in Niger’, *Ethos*, 12/2 (1984): 165–188.

OLIVEIRA, Eder, *Historia dos Terena da Aldeia Buriti: Memória, rituais, educação e luta pela terra*. Dissertação em História, UFGD, 2013.

ORTNER, Sherry. Poder e Projetos: reflexões sobre a agência. In: GROSSI, Miriam et al. (Org.). *Conferências e Diálogos. Saberes e Práticas Antropológicas*. Brasília: ABA/ Nova Letra, 2007. P. 45-80.

TAUSSIG, Michael. *Mimesis and alterity*. London: Routledge, 1993.

VARGAS, Lúcia Ferreira. *A dimensão sócio-política do território para os Terena: as aldeias nos séculos XX e XXI*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2011.